

Crônicas Jornalísticas e a construção de uma outra Jardim do Seridó

DIEGO MARINHO DE GOIS*

Neste artigo, investigaremos os conflitos e ambiguidades que o processo de transformação dos espaços públicos provocou no cotidiano das pessoas, no início do século XX, tendo sido marcado por inúmeras mudanças políticas, arquitetônicas e econômicas. A República substituiu as Câmaras de Vereadores pelas Intendências Municipais. Mais do que mudanças de nomes, a nova instituição municipal implantou um sistema de atuação mais próximo da população. Para Renato Marinho Brandão Santos, a Intendência:

foi uma instituição constituída no início do regime republicano, acompanhando um movimento que se inicia nesse país com a queda da Monarquia, o qual derruba as antigas Câmaras Municipais, de acordo com o discurso republicano, e institui os Conselhos de Intendência, norteados, ao menos em tese, pelo princípio da autonomia municipal expresso na primeira constituição republicana, de 1891 (SANTOS, 2012, p. 10).

Assim como na área política, a economia também apresentou mudanças, nas primeiras décadas do século XX. A região Seridó vivenciou um momento de crescimento proveniente da produção algodoeira que se consolidou como uma importante atividade, embora as secas de 1915 e 1919 tenham promovido um período de “flagelo” para as populações pobres. No plano estadual, a administração pública estava nas mãos do sistema político do Seridó, liderado pelos governadores José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, representantes da oligarquia algodoeira e porta-vozes de uma política de beneficiamento da classe produtora (MACÊDO, 1992).

Inserida nesse contexto, Jardim do Seridó, a partir de 1917, era administrada pelo farmacêutico Heráclio Pires Fernandes, que transformou os espaços públicos através de toda uma diversidade de construção de estradas, ponte, coreto, açougue, remodelação do mercado, construção do grupo escolar, nomeação, numeração, arborização e calçamentos de ruas e

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

logradouros públicos, iluminação elétrica, limpeza das residências e prédios públicos. A cidade passa também a contar com um comércio diversificado, clube dançante, banda de música, correios, telégrafo e automóveis.

No período de 1917 a 1919, circulou em Jardim do Seridó o jornal *O Município*, que era apresentado como “independente e noticioso”, embora atuasse como porta-voz da administração municipal, divulgando e justificando as ações da Intendência em suas várias áreas de atuação. Este jornal pode ser identificado como Republicano e preocupado em apresentar a cidade como inserida no processo de modernização em voga nas principais cidades brasileiras. As transformações nos espaços públicos da cidade de Jardim do Seridó eram divulgadas como símbolos do “progresso” e “civilização” no sertão e a cidade seria conhecida como a “Veneza Seridoense”.

Através da coluna “*Cartas de um velho*”, do jornal *O Município*, podemos observar uma outra leitura acerca das novidades do tempo presente que estavam se processando na cidade de Jardim do Seridó e em seus distritos municipais. Escrita por um autor anônimo, pseudo-denominado Caetano Zacarias, essas cartas relatavam cenas de um cotidiano em mutação e podem ser encaradas como um gênero literário que trazia informações sobre o cotidiano da cidade, muito próximo à crônica jornalística. Para Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto, a crônica jornalística é marcada pela junção entre a linguagem literária e a coloquial, onde o cronista da vida urbana se atém a refletir em torno de cenas cotidianas banais, redimensionando as experiências, seu próprio *lôcus* e as pessoas que o rodeiam, dotando-as daquilo que de mais humano possam carregar (SOBRINHO NETO, 2010).

As cartas de Caetano Zacarias são escritas em uma linguagem matuta, num estilo coloquial, onde o autor relata as transformações urbanas e as ideias que circulavam entre a população citadiana. Essas cenas são descritas de forma cômica e risível. Um personagem conservador e tradicionalista, mas sensível às novidades e às mudanças que estavam acontecendo em Jardim do Seridó e região. Sua escrita se caracteriza com o que Antônio Candido diz com relação às crônicas jornalísticas “(...) perspectiva não é a dos que escrevem

do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão” (CANDIDO, 1992, p. 12). Assim, as cartas são memórias e experiências de cenas que circulavam pelas ruas e praças da cidade. Em algumas delas, eram uma leitura das mudanças políticas da República, com suas leis e decretos afetando o cotidiano do povo, como escreveu Caetano Zacarias em uma das suas cartas:

Desde a maldita hora em que inventaram esta tal de república no nosso Brazil velho, que os homens parece que perderam a cabeça de verdade, pois, a gente vê cada uma que fica se benzendo. Ou os homens perderam a cabeça, ou então quem está governando é esta rapazeada nova de bigode rapado que é gente da minha quizila (CARTA DE UM VELHO, 1918, p. 3).

Assim como a República, outras mudanças também foram alvo das críticas deste autor, como: a velocidade dos transportes motorizados, o telégrafo como forma de comunicação, as posturas criadas pela Intendência, a chegada da Comarca, dentre outras. Acompanhar a sensibilidade deste escritor de cartas em perceber o contexto de mudanças e transformações nos espaços públicos da cidade de Jardim do Seridó consiste no objetivo do presente capítulo. Uma análise da construção de uma outra cidade, para além daquela pensada, planejada e edificada pela Intendência Municipal e pela elite intelectual jardinense.

Caetano Zacarias utiliza a carta como forma de comunicação, num tempo em que o telégrafo, recurso implantado em Jardim do Seridó desde 1916, atuava como meio de circulação e divulgação dos acontecimentos. Nessas cartas, endereçadas à redação do jornal *O Município*, encontramos o relato das viagens empreendidas pelo personagem Caetano Zacarias, que se apresentava como um velho, matuto e semi-analfabeto. O autor recompõe, em forma de crônica, as viagens às diversas localidades que formavam o município de Jardim do Seridó, que, nas primeiras décadas do século XX, abrangia também os distritos municipais de Parelhas, Periquito (atual Equador), Santana (hoje, do Seridó), Espírito Santo (atual Ouro Branco) e São José da Bonita (hoje, do Seridó).

As cartas de Caetano Zacarias constituem relatos das transformações, bem como as reações às mudanças, onde o próprio autor se apresenta como um sujeito tradicionalista, que resistia às inovações da construção dos espaços públicos jardineses. Como um exemplo das resistências às mudanças, a cidade de Jardim do Seridó aparece nas cartas do velho Caetano com a antiga denominação de Conceição do Azevedo, nome pelo qual a cidade era conhecida desde a sua fundação até a emancipação política, em 1858, quando passou a ser denominada de Villa do Jardim e, posteriormente, cidade de Jardim do Seridó.

Caetano Zacarias cria um personagem que encarna uma espécie de “oposição” às mudanças. Uma “oposição” preocupada com assuntos banais e que se conforma perante as determinações da Intendência. Mais do que uma cidade transformada em sua materialidade urbana, concreta, visual, real, suas cartas constituem o reduto de uma sensibilidade em representar a cidade através de uma escrita matuta, conservadora, tradicional. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, as crônicas são capazes de construir “cidades imaginárias”, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam. Para esta autora,

tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as “verdadeiras”, as “reais”, as “concretas” cidades em que vivemos. Afinal, que chamamos de “mundo real” é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma (PESAVENTO, 2007).

Mais do que formadas por pedra, tijolos e cal, as cidades concretas, presentes nas crônicas jornalísticas, corresponderam a outras tantas “cidades invisíveis (CALVINO, 1990)”, conforme aponta Ítalo Calvino. Para Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto, “o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos” (SOBRINHO NETO, 2010).

Nesta óptica, pensamos as cartas de Caetano Zacarias como construtoras de “cidades imaginárias”, uma outra Jardim do Seridó. Tais narrativas, mesmo comprometidas com os relatos históricos, problemas políticos, as relações sociais, os acontecimentos do dia-a-dia e uma infinidade de assuntos que faziam parte do cotidiano urbano, eram escritas em uma linguagem extremamente popular, mas que prendia a atenção do leitor. Geralmente são relatos de viagens, acontecimentos concretos que ganhavam uma linguagem cômica de um personagem preso aos costumes e tradições. Elas permitiam compreender a cidade a partir de uma outra lógica, para além da realidade desejada pelos governantes.

As viagens empreendidas por Caetano Zacarias são narradas de forma hilariante, caracterizando os espaços, apontando para as diferenças entre as localidades, os seus aspectos cotidianos, as artes de fazer dos seus moradores e as ideias que circulavam entre as populações. Assuntos como a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial foram destaques nas “Cartas de um Velho”, primordialmente a convocação da população para o alistamento militar.

Em Jardim do Seridó, a Junta de Alistamento Militar que convocava os jovens para servir ao Exército Brasileiro, representado pelo 4º Batalhão de Caçadores da capital do Estado, era presidida pelo Intendente Heráclio Pires Fernandes. O jornal *O Município* publicava mensalmente a relação dos sorteados que deveriam se apresentar no serviço militar, seja através dos editais de convocação com a lista dos nomes dos jovens, seja através de crônicas que relatavam a importância do chamado da nação.

Segundo José Murilo de Carvalho, as Forças Armadas passaram por um processo de transformação nas formas de ingresso na vida militar, durante o contexto da República Velha, antes confiada à Guarda Nacional, cujo critério de ingresso era a origem social dos oficiais. Para este autor, somente a partir de 1918 é que foi institucionalizada a lei do sorteio militar. A partir de então, integrantes de diversas classes sociais circularam pelas duas Forças, modificando gradativamente seu nível social (CARVALHO, 2005).

Com o título *Aos Sorteados*, a edição de número 16, de 28 de fevereiro de 1918, apresentava aos jovens jardinenses o significado em preencher os quadros do Exército

Brasileiro. “Ide! Attendei ao chamado da Nação, que foi feito pelo Sorteio Militar, e preenchei os claros de nosso glorioso Exército!”. A crônica de Arthur Ribeiro constitui uma narrativa acerca do sentimento de partida destes jovens que deixavam a terra natal para servir a uma causa coletiva, a pátria. Mesmo perante o sentimento de despedida, de incertezas, de lágrimas derramadas pela cidade, pelas mães, pelas noivas, o autor conclama: “parti sem hesitações e sem desânimos Mocidade brilhante de minha terra!”, pois “ide representar esta nossa amada e inesquecível greba terráquea de recordações tão cara para vós, no seio do Exército e nos centros cultos da alta sociedade de nosso paiz” (RIBEIRO, 1918, p. 3).

O alistamento militar é narrado nas Cartas do velho Caetano a partir de outros referenciais, como o temor provocado entre os jovens. Para este cronista, a divulgação da convocação militar provocava o medo na rapaziada, levando-os a fugirem para as serras e povoações mais distantes, sobretudo, porque circulava a notícia da participação do Brasil na guerra:

Mudando de assumpto, peço que mande me dizer que história de sorteio é uma que anda por aqui se dizendo que os rapazes vão ser rifados a moda bode, para irem para a guerra.

Já tem muito rapaz amoitado nestes pés de serra, e aqui há poucos dias estourou um moço vindo das bandas do Pôço do Negro e parecendo que andava a procura de uma loca de pedra mais escondida para ir passar uma temporada mais descansado, que a coisa na Conceição estava feia de verdade.

Disse mais o Governo do nosso Rio Grande tinha pegado em guerra com o Japão e queria 500 homens para arrazar aquelles amarells e que na Conceição já estavam fazendo um rapa na rapazeada para este fim (CARTAS DE UM VELHO, 1918, p. 3).

As notícias de convocação do alistamento militar eram divulgadas através da imprensa local, sendo os boatos da guerra registrados por Caetano Zacarias, de forma distorcida, ou, pelo menos, esta era a leitura que o personagem das crônicas fazia dos últimos acontecimentos que mobilizavam a população jardinense. As notícias da guerra eram divulgadas entre os habitantes de Jardim do Seridó através de um outro sentido, em virtude das distâncias e das precárias comunicações. Como um personagem astucioso, o velho autor

de cartas desconfiava de tudo, inclusive das notícias da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, pois “fiquei logo de orelha em pé com esta história a qual me parece não esta certa, pois, apesar de estar meio esquecido, penso que esse tal de Japão ainda fica para lá do Piauí”. Se para Caetano Zacarias a história da guerra era conversa mentirosa em virtude da localização geográfica do Japão ser para “lá do Piauí”, quanto mais se ele soubesse que o Japão era outro país e estava localizado em outro continente.

Diferente das crônicas que estimulavam a rapaziada a procurar o serviço do alistamento militar no município, preenchendo o número das fileiras do Exército a participar da guerra, defendendo a pátria, o cronista Caetano relata a situação de fuga de alguns sujeitos pelos sítios e fazendas, a fugir desta convocação. Para ele, “se quiserem brigar venham cá e não eu que vá para fora dos meus pastos acordar o diabo que está dormindo” (CARTAS DE UM VELHO, 1918, p 3).

Interessante o processo de “falseamento” e “distorção” da realidade promovido pelo velho autor de cartas, apontando para o excesso imaginativo popular na divulgação das informações, recriando outros espaços e dotando as notícias de elementos poéticos e ficcionais. Essas cartas se aproximam das crônicas desenvolvidas no Brasil pela imprensa jornalística nas décadas iniciais do século XX, cujo objetivo não era a mera reprodução dos fatos, mas a criação irônica dos mesmos. Para Regina Rossetti e Herom Vargas, este estilo narrativo “usa recursos próprios da literatura para expressar-se: diálogos, alegorias, versos, personagens típicos, metáforas, analogias (ROSSETTI & VARGAS, p. 7). E acrescenta, “a crônica é um olhar diferente e fragmentário do real que não ambiciona a totalidade dos fatos, como uma fotografia do real que capta poeticamente o instante, dando a ele uma dimensão de eternidade” (ROSSETTI & VARGAS, p. 7). É no sentido da recriação que o velho Caetano vai narrando os acontecimentos e as ideias que circulavam entre os jardimense, acerca das notícias da guerra. Criando e recriando histórias banais, este autor apresenta o contexto de uma sociedade curiosa em saber como eram os outros países, os outros estados e as outras cidades. Inventando espaços e exagerando em suas descrições, este autor faz surgir imagens de lugares imaginários, diferentes.

As Intendências, que tinham atuações tanto executivas quanto legislativas e até judiciárias, disciplinavam os espaços públicos, através de posturas como a limpeza anual dos caminhos e estradas, a criação de impostos e multas e a nomeação de fiscais que observavam o cumprimento das leis. A legislação era uma prerrogativa de autonomia de cada Intendência, que poderia criar as suas próprias leis e posturas, desde que fossem aprovadas pelos seus membros. Para Renato Marinho Brandão Santos, o poder legislativo era uma das atribuições dos Conselhos de Intendência e a lei estadual dava a essa instituição liberdade para criar leis, sem a necessidade de que sua validade fosse confirmada por outros poderes, situação diferente da que ocorria nos tempos imperiais (SANTOS, 2012, p. 38).

O certo é que estavam sendo criadas legislações para disciplinar as diversas ações que deveriam ser cumpridas nos espaços públicos da sede da cidade e nos distritos municipais e os procuradores atuavam como fiscais dos cumprimentos das resoluções da gestão municipal. Estas posturas eram afixadas nas portas dos locais de maior circulação da população, para o conhecimento de todos, como nas latadas onde eram realizadas as feiras livres, nas diversas povoações que formavam o município de Jardim do Seridó. Na crônica de 30 de março de 1918, o velho Caetano aponta para as novas regras de comportamentos a serem observadas pelos habitantes para com os espaços públicos da cidade e distritos municipais. São resoluções sobre os trajes dos homens, sobre o consumo de bebidas alcoólicas, o uso de esporas, a criação de animais nas vias públicas. Observemos como o cronista analisa estas recomendações.

Ainda há poucos dias o fiscal apregou uma lei disendo que era improhibido andar na rua de palito sem camisa ou de camisa sem palito, menos se estiver de ceroula. Esta é uma lei muito boa, que serve para civilisar a nossa terra para não ser como na Conceição que é um lugar grande mais eu nunca fui a feira lá que não visse compadre Abilio e seu Joaquim Soares das Marcas gritando na rua com a camisa por fora das calças, á moda uns mijão. Mas, no dia que eu for e levar o meu Zambéca satanaz vira mulambo mais elles tem de passar o panno ou por bem ou por mal.

Meu compadre apregou outra lei disendo que quem tomasse aguardente fora da conta, era obrigado a ir curtir em sua casa, que a cabeça do povo não era curtume; apregou outra improhibindo andar na feira de espora, disendo que feira não é barriga de jumento que precisa se catucar de vês em quando. Apregou agora uma lei nova disendo que era improhibido a criação de porcos, suínos, leitões, porcas, porquinho e

porcalhões, na rua, sobre pena de mandar torrar todos, salvo os que forem ferrados e andarem de chocalho.

Acho que estas leis são até boas porque a nossa terra antes vai ficando civilizada, mas algumas pessoas tem arrepenado, disendo que as taes leis são da cachola delle mesmo (CARTAS DE UM VELHO, 1918, p. 2).

Estas posturas buscavam disciplinar os espaços públicos da cidade e dos distritos municipais com novas regras de comportamento que deveriam ser observadas pela população (ELIS, 1994). Elas eram vistas pelo cronista como formas de civilizar a população, o que mostra o velho Caetano como inserido nas regras modernizadoras da população, tão propagadas nas matérias do jornal *O Município*, conforme foi apontado no segundo capítulo desta dissertação. Neste sentido, as vivências urbanas ganhavam novas formas de comportamento como as maneiras de se vestirem e de se comportarem nas vias públicas.

Observa-se nestas posturas que a cidade, nas primeiras décadas do século XX, estava sendo construída em oposição ao mundo rural. Deste modo, a vida citadina é disciplinada através da legislação municipal, coibindo práticas e costumes tradicionais e populares como: andar sem camisa, embriagar-se pelas ruas, soltar animais. A cidade edificada por estas posturas é construída em oposição ao estilo de vida rural, seja através das formas de vestimentas, seja na observância dos comportamentos. As vias públicas da cidade eram pensadas como espaços limpos, higiênicos e embelezados, livres da presença de imundices e de animais.

As estradas eram fiscalizadas pelos funcionários da administração pública, para evitar que fossem estreitadas, modificadas ou interrompidas. Além disso, era função dos proprietários dos sítios e fazendas por onde passavam as estradas públicas efetuar a limpeza anual. Na carta de 07 de julho de 1918, encontramos referência a esta postura, que vinha preocupando os moradores das comunidades rurais por onde passavam as estradas.

Aqui agora apareceu uma lei nova que seu Burcão apregou na porta da latada da feira, dizendo que quem tiver estradas ou caminhos em suas terras é obrigado a mandar destocar tudo até o fim do mez de Agosto, arrancando os velames e entupindo as barrocas, se não o cabra tem de pagar uma multa grande e ver a intendência mandar fazer o serviço por conta do dono da terra.

Tendo o Zumbéca andado na Conceição, onde foi recolher o dinheiro de uns barbatão que descobriu no poder de um bargado lá do riacho da mucurana, ouviu mesmo seu Heraques dizer que este negocio de estrada este anno cabra tem de chiar como correira no fogo, e que ia desengongar a subida da serra dos quintos, as estradas do Espirito-Santo e uns suvacos de serra lá para as bandas das Parelhas, que não se pode andar nellas com tanto garrancho que tem.

Disse mais que elle tinha dito que a estrada que não se limpasse e nem tivesse quem fallasse por ella, elle ia denunciar ao Governo como terreno devoluto, e o dono da terra perdia o direito de posse porque não a tratava (CARTAS DE UM VELHO, 1918, p. 03).

O Velho Caetano apresenta detalhes das formas de como as posturas municipais encontravam resistências por parte da população afetada pelas novas legislações criadas pela Intendência para disciplinar os espaços públicos. As determinações nem sempre eram recebidas com bom grado por parte dos moradores, apesar das multas previstas. Caetano Zacarias então utilizava o seu espaço mensal como autor de cartas do jornal *O Município* para apontar as formas astuciosas de burlar a legislação tanto por parte dos fiscais em não realizarem as “correições” a contento, quanto dos moradores que não limpavam as estradas, “como a de seu Saturnino Roque, que não foi roçada”.

Como descrições de viagens, o velho Caetano buscava recompor, em forma narrativa, algumas ações de descumprimento às determinações da Intendência. Percorrendo sítios, fazendas, povoações, distritos e a cidade, através de relatos, o autor denuncia as coisas erradas, apontando os problemas e clamando por solução. Tomando como referência as resoluções da Intendência, o cronista as reinterpreta e busca perceber se elas estão sendo colocadas em prática no cotidiano da população.

A cidade é reconstruída nestas cartas através de outros pilares discursivos, para além da cidade concreta, pensada, sonhada e edificada pela Intendência que, através de leis, decretos, posturas e resoluções, buscavam disciplinar a vida urbana. Além da administração pública, o processo de regularização das atividades dos cidadãos jardinenses, a partir de 1919, ganhava uma outra instituição disciplinadora. Tratava-se da reinstalação da Comarca de Jardim do Seridó que, embora tenha sido criada em 1873, tinha sido suprimida em 1892,

retornando em novembro de 1919, com a posse do Dr. Manoel Benício de Melo Filho (AZEVEDO, 1989, p. 50).

A restauração da Comarca, com a atuação de juízes e promotores regulamentando a vida cotidiana da população é analisada a partir de outros elementos temáticos, como “as queixas contra certos abusos que estão se dando ahi” (CARTAS DE UM VELHO, 1919, p. 3). Estes “abusos” que o narrador apresenta dizem respeito à observância das leis, a punir, através da justiça, os indivíduos que iam de encontro à ordem estabelecida. Caetano apresenta os costumes tradicionais que eram postos em prática pela população, mas que estavam sendo barrados pelo poder judiciário da localidade, causando desgosto entre os moradores, pois “estão dizendo que a justiça da Conceição está ficando pior de que a caridade da arara (CARTAS DE UM VELHO, 1918, p. 03)”.

Na carta de 26 de dezembro de 1919, o velho cronista elenca um conjunto de notícias sobre os costumes diários de alguns cidadãos, “homens da marca velha”, conforme o autor, que estavam sendo privados de certas “liberdades”. Observemos:

Disse o tal moço que a justiça na Conceição, esta embulhando o Delegado, o Juiz, a Intendência, está ficando uma coisa impossível pior de que seu Paulinho para cobrar imposto de feira, que a gente não tem mais liberdade, e as coisas são mais apertadas de que nos outros lugares.

Disse mais que as vezes quer andar de pistola na rua, botar uma faca na cintura ou carregar um cacete bom na mão e não pode, que tem um bando de soldado gostador de simportar com vida aléia, que vão logo chamando a gente para ir conversar com o tenente, e basta um amigo tirar um dia para fazer um forquedo, tomar aguardente e cuspir grosso na cara dos outros para ir para a cadeia. E pior é que quando o amigo afróxa o breque mais um pouquinho e dá uns tiros na rua ou aplica as obras de misericórdia em um cabra ruim, ahi cai nas unhas do Juiz e o processo é certo (CARTAS DE UM VELHO, 1918, p. 03).

As práticas tradicionais de andar armado de pistola, faca ou cacete e de fazer justiça com as próprias mãos estavam sendo coibidas pela presença do poder judiciário. Maria Sylvia de Carvalho Franco aponta estas práticas tradicionais como “o código do Sertão”, que se caracteriza como comportamentos que refletem o modo típico de viver e fazer justiça das populações brasileiras moradoras das pequenas comunidades. As formas de comportamento

dessas comunidades são marcadas pelos princípios de solidariedade e vínculos familiares que possibilitam a complementaridade entre os membros da comunidade, na resolução dos seus problemas (FRANCO, 1997, p. 23). A restauração da Comarca significava uma mudança desse contexto. A instalação da Comarca constituiu a implantação de uma instituição pública que julgava e punia os delitos cometidos com base em Códigos de Leis, que autuavam quaisquer cidadãos, independentemente de sua condição social.

A atividade forense diferia consideravelmente dos hábitos tradicionais, tendo por base o princípio da isonomia, o qual sentencia que “todos são iguais perante a lei”, conforme previa a primeira Constituição republicana de 1891. Caetano observa este princípio de forma diferente.

Pela parte que me toca, acho que desde que inventaram esta tal de república que disseram que a gente ia ter liberdade de fazer o que quisesse, e se não é assim, então isto não é república e nem nada, e se a justiça da Conceição está tão izata que não se pode mais nem fazer um forguêdo na rua, então ella está apertando demais os parafusos, que nunca ouvi dizer que fosse improhibido se dar tiro na rua, correr, gritar e bater nas portas a meia noite, que isto até é uma caçapada de gente moça e não tem que soldado vir se metter no que não é da conta d'elle (CARTAS DE UM VELHO, 1919, p. 03).

A Constituição republicana trouxe algumas mudanças com relação à prática jurídica, ao extinguir os privilégios de nascimento, desconhecendo os foros de nobreza e extinguindo as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliários e de conselho (BALEEIRO, 2002, p. 97). Este novo contexto, previsto pela nova Constituição e colocado em prática pela Comarca recém-instalada, vai de encontro às regalias do período anterior, demonstrando mais uma mudança que estava sendo praticada na cidade de Jardim do Seridó.

Atento às novas feições de comportamento que os cidadãos devem assumir nos espaços públicos, o cronista aguça o leitor a perceber que “a coisa ahi está de tal forma que ainda mesmo o camarada sendo de boa família, ainda sendo filho de capitão, a justiça não tem

atenção, e é só fazer um espedregue e está com o soldado nos cós” (CARTAS DE UM VELHO, 1919, p. 03). Caetano estranha as novas regras de comportamento, diferentes das que eram praticadas pelos sujeitos populares do passado. Neste sentido, a crônica do autor assume uma característica memorialística, de perceber a existência de tempos diferentes, de sentimento de perda de um passado onde se tinha liberdade de atuação, de poder fazer a justiça com as próprias mãos e não ser punido por isto. A crônica é construída através da recordação de um personagem que viveu em outro tempo, o passado, que difere do tempo presente, a recordação, como aponta Sandra Jatahy Pensavento.

Como registro do cotidiano e das sensibilidades das transformações do tempo presente, Caetano Zacarias recompõe em suas narrativas aquilo que chamava a atenção e que preocupava os homens do seu tempo. A reinstalação da Comarca põe em cena regras de comportamento que deveriam ser seguidas pelos cidadãos. A Comarca é analisada nas cartas do velho Caetano como uma instituição que buscava fortemente moldar a sociedade aos seus preceitos, visando atingir os vícios tradicionais. A vida urbana diferia do mundo rural e, dessa forma, a justiça atuava qualquer deslize cometido, como: atirar na rua, correr, dirigir, gritar e acordar a população. Enfático em suas narrativas, o cronista apresenta detalhes das mudanças que estas leis causaram no cotidiano da população:

Ainda a pouco dias, só porque um amigo tomou um espedregue e andava na rua a meia noite com um bando de rapaz num tal de atamove, berrando e gritando e o bicho fazendo ginasca por cima das pedras, sem ter morrido ninguém, quando deram fé os soldados estavam nos cós fazendo a continuança e tal maquinista do atamove teve de ir dormir no sobrado grande aonde os soldados moram, é só não foi o pessoal todo, porque os recursos entenderam que se Deus não tivesse feito o homem para comer, em vez das pernas elles haviam de ser era raiz, como os pés de mato (CARTAS DE UM VELHO, 1919, p. 03).

Todos estes temas estavam sendo modificados nas primeiras décadas do século XX e, portanto, Caetano Zacarias colocava a sua pincelada de humor no trato das questões, por mais complexas que fossem. Nessa crônica, o autor chama a atenção para a tentativa de permanência de práticas tradicionais que fugiam às normas jurídicas, como dirigir

embriagado. Esses vícios eram barrados pelos policiais, cujo ofício era preservar a ordem pública dos infortúnios cometidos por indivíduos embriagados. Além disso, a crônica atenta para a utilização dos transportes motorizados no cotidiano jardinense, primordialmente pelos filhos abastados do lugar. Porém, a utilização dos automóveis requeria regras que deveriam ser observadas, diferente do contexto descrito na carta, onde a rapazeada saía dirigindo bêbada pelas ruas da cidade.

Como um personagem que já vivenciou diversos acontecimentos, em virtude da idade, o velho Caetano se espanta com as transformações do tempo presente e não economizava espaço para relatar o seu pensamento, a sua leitura da realidade. As transformações políticas, econômicas e sociais que foram implantadas com a República figuram como elementos chaves para a composição das suas cartas. O trabalho de Elias Thomé Saliba constitui-se numa importante contribuição para o esforço de releitura das décadas iniciais do século XX, através das crônicas humorísticas. Para este autor, embora as representações humorísticas brasileiras não tenham sido iniciadas com a República, foi nesta época que elas se intensificaram e ganharam novas dimensões. A desilusão republicana, a aceitação deste estilo literário e o desenvolvimento da imprensa favoreceram a produção humorística (SALIBA, 2002. p. 44).

O importante é perceber que estas crônicas são descrições metafóricas da realidade. Sem fugir do contexto histórico no qual o autor estava inserido, o cronista busca, na realidade, fragmentos de informações para compor suas narrativas. Uma profusão de elementos das transformações do cotidiano jardinense são possíveis de serem observadas, como os cenários políticos, administrativos e sociais. Caetano faz desfilar, nestas narrativas, personagens, ações, ideias, propostas e preocupações que circulavam entre os cidadãos.

Portanto, com base nestas crônicas jornalísticas, escritas por um personagem que assinava com o nome de “Aba do Chapéu: Caetano Zacarias”, foi possível perceber uma outra leitura da cidade de Jardim do Seridó nas primeiras décadas do século XX. Nesta óptica, as crônicas do Caetano Zacarias constituem um registro do cotidiano jardinense, escritas em uma linguagem mais solta, fixando-o na realidade do efêmero. Nas “cartas de um velho”, o

cronista se apresenta como um personagem observador, uma testemunha das transformações dos espaços públicos, um transeunte sensível em perceber as mudanças que estavam se processando na cidade, embora suas ideias estivessem presas aos costumes e às tradições, como foi possível acompanhar.

Referências Bibliográficas

BALEEIRO, Oliomar. *Constituições Brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARTAS DE UM VELHO. *O Município*. Jardim do Seridó 1917 – 1919.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDIDO, Antônio [et. al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A Penúltima Versão do Seridó: uma História do Regionalismo Seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005, pp. 164-210.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In.: *Revista Brasileira de História*. Vol. 27, nº 53. São Paulo. 2007.

ROSSETTI, Regina & VARGAS, Herom. A recriação da realidade na crônica jornalística brasileira. In: *UNIrevista*, vol. 1, nº 3, jul/2004

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, Outra Cidade!:* O papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929). Dissertação de Mestrado em História. Natal, 2012

SOBRINHO NETO, Joachin de Melo. *Uma outra face da Belle époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*. Dissertação de Mestrado em História. Campina Grande, 2010.

SOURA, Itamar. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Fábio Gutemberg Bezerra de. *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.